

Comissão discute proposta orçamentária terça-feira

Orçamento

28 OUT 1989

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional irá se reunir na próxima terça-feira para discutir os relatórios preliminares (elaborados pelos 56 relatores setoriais da comissão) da proposta orçamentária para 1990, encaminhada ao Congresso no início de outubro pelo Executivo. A informação é do relator do projeto, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

De acordo com a proposta do Governo, estão previstos recursos para o ano que vem da ordem de NCz\$ 338.381.835 bilhões, que serão utilizados para investimentos das empresas estatais (cujos recursos são repassados pelo Tesouro Nacional), nas operações fiscais e na parte da seguridade social. Este valor foi estabelecido no mês de maio e será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado até dezembro. Em janeiro, a pro-

posta orçamentária entra em vigor.

Etapas

Segundo o deputado Eraldo Tinoco, o orçamento será apreciado em três etapas. A primeira, nesta próxima terça-feira, quando serão votados os relatórios preliminares; na segunda, de posse dos dados dos relatórios, cada relator setorial irá examinar um determinado setor e terá de fazer opções sobre como remanejar os recursos, devendo fazer uma escolha entre o que considere prioritário e, por último, depois de uma avaliação das emendas propostas pelos parlamentares, acontecerá a votação da proposta orçamentária, prevista para o início do mês de dezembro.

Explicando o orçamento para 1990, Eraldo Tinoco disse que NCz\$ 218 bilhões vão para a rolagem da dívida externa; e cerca de NCz\$ 120 bilhões gastos com o pagamento de pessoal (perto de NCz\$ 24

bilhões), com a seguridade social (aproximadamente NCz\$ 70 bilhões), para os benefícios previdenciários (NCz\$ 28 bilhões) e, por último, com o seguro-desemprego (em torno de NCz\$ 4 bilhões).

Em relação aos novos investimentos do governo, o deputado baiano disse, baseando-se na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o valor final para os investimentos prioritários é de NCz\$ 8,5 bilhões. Ele ressaltou que o Executivo, também cumprindo a Lei de Diretrizes, encaminhou uma série de projetos ao Congresso, alterando a parte tributária, "com uma expectativa de arrecadação para os projetos em tramitação de NCz\$ 6,5 bilhões". Informa, ainda, que o Executivo estabeleceu dentre os NCz\$ 8,5 bilhões, NCz\$ 6,5 destinados aos projetos de investimento, os quais estão sendo chamados de projeto "acondicionados".